

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.188 - MS (2019/0320391-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : ELAINE JOSE ARAUJO  
**ADVOGADO** : ROBERTO SOLIGO - MS002464  
**RECORRIDO** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862  
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526  
DIOGO AQUINO PARANHOS - MS012675

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJMS assim ementado (e-STJ fl. 55):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARÂMETROS DE CÁLCULOS PARA CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS - TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA - DECISÃO FAVORÁVEL - FALTA DE INTERESSE RECURSAL - NÚMERO DE AÇÕES – INCONTROVERSO - PRECLUSÃO - CONVERSÃO EM PERDAS E DANOS E JUROS - A PARTIR DA MORA – DIVIDENDOS – DEVIDOS ATÉ CONVERSÃO DAS AÇÕES EM DINHEIRO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Falta interesse recursal da parte agravante em pretender a reforma da decisão quanto ao termo final dos juros de mora já estabelecidos de modo mais favorável. 2. Restou incontroversa a quantidade de ações objeto da lide. Superada a fase de impugnação, qualquer discussão posterior a respeito está obstada pelo instituto da preclusão. 3. Dada a existência de *distinguishing* em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito *erga omnes* no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim seu comando, que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, qual seja, 22/12/2002. 4. Em relação aos juros de mora estes serão devidos desde a conversão das ações em moeda corrente, ou seja, 22/12/2002. 5. São devidos dividendos até a data da efetiva entrega das ações ou sua conversão em moeda corrente pela perdas e danos, ou seja, 22/12/2002.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 65/73), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente alega dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 927, III, e 1.036 do CPC/2015.

Sustenta: (a) que a conversão em perdas e danos deve ser feita com base na data do trânsito em julgado da sentença exequenda e (b) que os juros de mora incidem a partir da citação na ação civil pública.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ fls. 76/81).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fls. 83/85).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece provimento.

Quanto à conversão em perdas e danos e ao termo inicial dos juros de mora, a

Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 58/59):

Não prospera a alegação de que em recentes julgados o STJ determinou a aplicação do entendimento firmado em recurso repetitivo no REsp n. 1.301.989/RS, e que, portanto, para fins de conversão em perdas e danos, deveria ser observada a cotação das ações em bolsa de valores na data do trânsito em julgado da sentença proferida na Ação Civil Pública.

É que, ao dar provimento ao Recurso Especial n. 1.297.737/MS, o Ministro Antonio Carlos Ferreira limitou-se a citar o teor do REsp n. 1.301.989/RS, deixando de observar o *distinguishing* expressamente consignado naquele acórdão como forma de justificar o porquê da inaplicabilidade daquele recurso repetitivo.

Confira:

*"(...) Em grau de recurso, defende a agravante que a data da conversão para fins de perdas e danos deveria ser o trânsito em julgado, em consonância com o REsp 1.301.989/RS, julgado sob os efeitos do art. 543-C do CPC/73, confira:*

*(...)*

*Ocorre que no caso em tela existe uma peculiaridade, qual seja, o prazo que a empresa de telefonia tinha para entrega das ações – 180 dias a contar da intimação da sentença - transitou em julgado, ou seja, o STJ, apesar de precedentes no sentido de que o prazo seria do trânsito em julgado, na hipótese vertente não mudou essa determinação nela contida expressamente (que o prazo seria da sentença e não do seu trânsito em julgado).*

*Assim, apesar do posicionamento consolidado perante o STJ, não se pode negar vigência ao dispositivo da sentença proferida na Ação Civil Pública respectiva, imutável em razão do seu trânsito em julgado."*

Diante de tais circunstâncias, dada a existência de *distinguishing* em relação ao recurso repetitivo – REsp n. 1.301.989/RS, bem como ante à ausência de efeito *erga omnes* no que diz respeito à decisão monocrática proferida no REsp n. 1.297.737/MS, ao contrário do defendido pela parte agravante, mantenho o entendimento de que, para fins de conversão em perdas e danos, deverá ser considerado não o dia em que ocorreu o trânsito em julgado da sentença proferida na ação coletiva, qual seja, 25/09/2012, mas sim seu comando, que fixou o prazo de 180 dias a contar da intimação da sentença, qual seja, 22/12/2002, como constou no item "i" da decisão agravada.

Com relação aos juros de mora, o juiz "a quo" entendeu que deveriam incidir à partir da conversão (item "j"). Contudo, insurge-se a parte agravante no sentido de que estes são devidos desde a citação na ação de conhecimento (24/09/1997).

De fato, vem se posicionamento do STJ:

*(...)*

Todavia, conforme já adiantado, a sentença proferida em ação coletiva estipulou prazo de 180 dias a contar da sua intimação, para que efetivamente fosse cumprida a obrigação. Consequentemente, somente após o decurso desse lapso temporal poder-se-ia falar em inadimplemento da empresa de telefonia e consequente constituição em mora. Entendimento contrário, ofenderia o próprio título judicial.

Portanto, em relação aos juros de mora estes serão devidos desde a conversão das ações em moeda corrente, ou seja, 22/12/2002, nos moldes fixados pelo juízo "a quo".

**Por consequência, não há qualquer alteração a ser feita nos itens "I" e "J" da decisão recorrida.** (grifos no original.)

Conforme consta da decisão agravada na origem, o dispositivo da sentença exequenda é do seguinte teor (e-STJ fls. 24/25):

JULGO em parte PROCEDENTE a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com preceito cominatório de obrigação de fazer movida contra TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ S/A... para o fim de determinar à ré que no prazo de 180 dias, contado da data de

intimação da sentença, proceda à retribuição em ações TELEBRÁS a participação financeira referente às primeiras 10.115 linhas comercializadas, investindo os consumidores na condição de assinantes, levando em consideração o valor efetivamente pago por cada consumidor, corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, a cotação das ações nesta mesma data e os dividendos existentes desde aquela data, bem como a comprovar em juízo a data de encerramento do primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira dos promitentes-assinantes, para fim de liquidação de sentença, sob pena de ser considerada a data da assembléia geral que determinou a integralização, a qual realizou-se em 24.12.1996.

Já quanto às 4.134 linhas telefônicas referentes à última fase do Programa Comunitário de Telefonia, determino à Ré que, no prazo de 90 dias, inicie e finalize o procedimento para retribuição de ações TELEBRÁS, e após este, proceda à efetiva retribuição em ações a participação econômica de cada promitente-assinante, nos moldes do acima determinado, para o qual fixo o prazo de 180 dias.

A Corte estadual entendeu que, tendo sido concedido à empresa de telefonia prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da intimação da sentença, a conversão das ações deveria se dar quando exaurido esse período.

Respeitado o entendimento da Corte de origem, não se identifica no dispositivo da sentença exequenda determinação acerca da data de conversão do saldo acionário em indenização. Existe apenas a fixação de prazo para cumprimento da obrigação (entrega de ações), que não pode ser confundido com data para a conversão em perdas e danos.

A sentença exequenda tão somente fixou o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o cumprimento específico da obrigação (entrega das ações), "contado da data de intimação da sentença", para que a ré procedesse à retribuição em ações, sem definir parâmetros ou critérios para a hipótese de conversão dessa obrigação em perdas e danos.

No julgamento do Recurso Especial n. 1.301.989/RS (Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/3/2014, DJe 19/3/2014), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior firmou entendimento de que, na impossibilidade de subscrição de ações, o critério de conversão em perdas e danos deve ser a cotação das ações em Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da demanda e juros de mora incidentes a partir da citação, em acórdão assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BRASIL TELECOM S/A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CESSÃO DE DIREITOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO CESSIONÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. CRITÉRIOS. COISA JULGADA. RESSALVA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para ajuizar ação de complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou tacitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias.

1.2. Converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação.

1.3. Os dividendos são devidos durante todo o período em que o consumidor integrou ou deveria ter integrado os quadros societários.

1.3.1. Sobre o valor dos dividendos não pagos, incide correção monetária desde a data

de vencimento da obrigação, nos termos do art. 205, § 3º, Lei 6.404/76, e juros de mora desde a citação.

1.3.2. No caso das ações convertidas em perdas e danos, é devido o pagamento de dividendos desde a data em que as ações deveriam ter sido subscritas, até a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento, incidindo juros de mora e correção monetária segundo os critérios do item anterior.

1.4. Ressalva da manutenção de critérios diversos nas hipóteses de coisa julgada.

[...]

3. RECURSO ESPECIAL DE BRASIL TELECOM S/A NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DE SÉRGIO MARQUES ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

Dessa forma, verifica-se que o acórdão impugnado decidiu em dissonância com a jurisprudência desta Corte, merecendo reforma quanto ao ponto.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial a fim de determinar que o critério de conversão em perdas e danos seja a cotação das ações em Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado da demanda, no caso, da ação civil pública, bem como estabelecer que os juros de mora incidam a partir da citação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator